

ex 16
Art. 161

A UNIVERSIDADE PRÁTICA

Prof. José Reis

A UNIVERSIDADE PRÁTICA

Prof. José Reis

Para simples transmissão de informação, a universidade não teria razão de ser desde que se popularizou a tipografia no século XV.

A.N. Whitehead, The Aims of Education and Other Essays

Não pretendemos falar de universidade para formar jardineiros e hortelãos, pedreiros ou carpinteiros, e nem para formar os semiprofissionais de que o país sem dúvida necessita, e muito. O adjetivo colocado no título significa apenas que, ao pensar no ensino superior, devemos pôr de lado o palavreado com que tantas vezes se tenta apresentar a universidade como "vaca sagrada", e fixar-nos com muito empenho na necessidade de torná-la científica e didaticamente produtiva, além de adaptada aos interesses do progresso nacional.

Sentimo-nos tranqüilo para fazer esta afirmação porque, embora tenhamos falado e escrito longamente sobre ensino, cremos não haver incorrido naquele defeito. Do contrário o volume sobre educação do relatório dos especialistas da Conferência da ONU, de 1963, sobre aplicações da ciência e da tecnologia em benefício das áreas menos desenvolvidas (15), não começaria e terminaria, praticamente, com palavras nossas, colhidas em nossa tese; e muito menos diria o relatório da comissão que em Williamsburg (4) estudou a "crise mundial da educação" praticamente o mesmo que se acha em nosso livro "Educação é Investimento" (11), que reúne várias das palestras que temos proferido.

As Correntes

Embora historicamente a instituição universitária registre muitas correntes desencontradas, parece que ninguém negaria que ela hoje encerra umas tantas funções capitais, carregadas por aquelas correntes. Ashby (2) salienta a aquisição do conhecimento e a pesquisa para dilatá-lo, como legados de Goettingen e Berlin; a preparação para certas carreiras, em particular o Direito, a Medicina e o sacerdócio, como herança de Bolonha e Salerno; a formação de homens de elite para a liderança e os negócios do Estado, como inspiração de Oxford e Cambridge;

e os institutos altamente especializados de tecnologia como legado de Charlottenburg, Zurique e Massachusetts.

Outro especialista inglês, "Sir" Sydney Caine (5), resume em quatro palavras as atividades que convivem na universidade atual: scholarship, training, research e mind-building (erudição, formação profissional, pesquisa e formação mental).

Nem tôdas essas funções têm necessariamente o mesmo relêvo em tôdas as universidades. Especialmente a que se refere à "formação mental", ligada ao preparo de elite que sirva como celeiro de estadistas, desapareceu quase em certos países, como se nota em geral nos Estados Unidos em contraposição à Inglaterra.

Por outro lado, salta aos olhos que a universidade moderna vai ganhando cada vez mais uma conotação de produção (produção de conhecimento novo e de tecnologias, produção de mão de obra) e de ligação aos interesses sociais imediatos, o que resulta na formação dos grandes complexos que Clark Kerr caracteriza pela palavra multiversidade (9). Reforçando aquêle interesse social imediato (que jamais excluirá, todavia, os estudos que visam ao remoto), convém lembrar o que diz êsse autor: "A universidade tornou-se instrumento primordial de objetivo nacional, e isso é novo". Essa é talvez a função mais crítica da universidade moderna, porque é aquela que galvaniza tôdas as demais e lhes dá um sentido de mobilização -- o moço da universidade não é beneficiário de nenhum favor público, mas é instrumento de progresso cujo preparo interessa primordialmente ao país.

De quem é a Universidade ?

Organização de tal vulto, de tamanho poder, de potencial tão grande de transformação social, naturalmente apresenta em seu meio, e em suas relações com a sociedade, sob forma de crises por vêzes violentas, problemas que antes eram por assim dizer secundários, quando não pitorescos. Basta lembrar as demissões resultantes das divergências entre nominalistas e realistas com as que se fazem nos tempos atuais, para ver como se modificou a natureza das confrontações.

Um dos mais graves problemas refere-se à própria direção das universidades, que vai desde o autogoverno de comunidades muito fechadas pelos membros da confraria, até formas, em ebulição cada vez maior, de direção mista, cuja liderança é disputada, no ápice ou em níveis menores, por várias forças, entre as quais o professorado, elementos leigos representantes dos instituidores, o estudantado e, tendo em vista o fim cada vez mais social da organização, o próprio governo nacional. A estas forças de vamos ajuntar, por último porém não por ser a menor, a burocracia interna, que às vezes é quem domina em instância final, pelo menos em múltiplos aspectos. Para ter idéia, e parcial, da dificuldade desse tópico, basta atentar para a discussão promovida pela American Academy of Arts and Sciences (1).

Essas variações no controle equivalem até certo ponto à pergunta: "De quem é a universidade?" Professores e alunos muitas vezes se desentendem nesse ponto, cada grupo entendendo que a universidade lhe pertence. "Pois não existe ela para formação das novas gerações, antes de tudo?" perguntam alunos. "Mas as novas gerações não têm maturidade para esse governo e fomos nós que conquistamos os cargos aos quais incumbe a tarefa de conduzir a mocidade.", retrucam professores, salientando ainda que há uma função quase exclusivamente deles — a investigação original, embora se vá acentuando nela a participação dos estudantes e o reconhecimento do que esta pode significar. (x)

Poucos atentam para o domínio exercido pela burocracia interna. Nesse particular lembramos, como expressão desse poder, o esplendor que se procura dar aos prédios dedicados à administração burocrática e ao pouco empenho manifestado, através do tempo, em simplificar essa administração, que no Brasil, pelo menos, difere pouco da estrutura administrativa clássica, para livrar-se da qual, em parte, as universidades se autarquizaram.

Acontece, porém, que a universidade moderna é largamente, quando não totalmente, financiada pelo orçamento público. Assim, é natural que o governo político do país ou de seus Estados ou unidades outras, queira participar também do controle. No Brasil existem por assim dizer dois moldes nas universidades públicas: o das que, apesar de custeadas só pelo Governo, são praticamente dirigidas por um conselho amplamente dominado pelos professores, soberano em quase tudo, e o das que, igualmente custeadas pelo Governo, têm um conselho de curadores, que deve representar também a comunidade que sustenta a universidade.

Achamos que não se pode fugir a esse controle do Governo, sem que isso implique limitação à liberdade acadêmica, que é fundamental. Fora de um controle desses achamos difícil que a universidade pública policie adequadamente os seus gastos e não se transforme numa satisfeita confraria onde os interesses dos professores prevaleçam sobre os da sociedade como um todo.

Dois exemplos para documentar esse ponto: 1. Quando se constituiu a autarquia da Universidade de São Paulo — e falamos com conhecimento de causa porque a lei dessa autarquia foi elaborada pelo Departamento do Serviço Público, que então dirigíamos — introduzimos no projeto um artigo que previa a criação do quadro próprio

(x) Interessante análise desse assunto em Simpson (13)

da autarquia, que substituiria dali por diante o antigo quadro de pessoal, inclusive os professores, respeitada é claro a situação dos já investidos no cargo. Era um passo para aquilo que depois, com a "reforma universitária", se procuraria fazer, eliminando a cátedra. Membros da universidade conseguiram, mais do que depressa, modificar o projeto no Conselho Administrativo, para que continuassem "funcionários públicos" os mestres e para que permanecesse o regime das cátedras vitalícias que só veio a ser derrubado com a reforma universitária atual, restando ver, ainda aqui, se haverá realmente na prática a modificação essencial que se imaginava. 2. Com forte reação defrontou, há uns dez anos ou pouco mais, a Comissão de Tempo Integral quando, antecipando-se aos atuais propósitos de reforma universitária, preconizou a reunião dos departamentos de Anatomia das Faculdades de Medicina e de Odontologia, em S. Paulo.

Mesmo nas universidades que têm conselhos de curadores, aqui, a estrutura do poder é relativamente frouxa. Essa estrutura precisa ser mais bem planejada e pensada, a fim de que no futuro a sociedade não perca o controle que deve ter da universidade, ou de evitar que esse controle se transforme num jogo de miúdos interesses políticos.

Nesse jogo do poder, nas universidades, a força que surgiu com maior espanto para os que não se acostumaram a acompanhar a vida universitária, foi a dos estudantes. Essa "confrontação", é claro, não se manifestou apenas em nosso país, e nem surgiu agora, mas nestes últimos tempos varreu o mundo, como larga onda a cujo respeito fazem muitas indagações os que se preocupam com a sociologia da educação e, em particular, com a educação comparada. É evidente que, aqui como alhures, esse movimento foi em parte animado por ativistas políticos, alguns até com fins inconfessáveis. Mas é preciso que tenhamos a coragem de admitir aqui, como fazem os observadores de movimentos similares no estrangeiro, que uma boa massa de estudantes sinceros, desvinculados daquele ativismo subversivo, se empolgou pelos problemas da administração e da filosofia das universidades, a ponto de se terem feito experiências de ativa participação deles no planejamento de currículos, como é o caso, entre outras, da experiência de Kaye (8), autor que salienta ser a agitação estudantil, pelo menos em parte, expressão do desejo de desempenhar papel de maior responsabilidade no processo educacional. É que aqui, como em outros países, eles se mostraram inconformados com uma série de fatos enumerados por B. Crick (6) nos itens IX a XI da lista por ele elaborada (má administração, falta de relações públicas adequadas, secretismo em decisões, paternalismo, etc.). Na medida em que protestam por meios legais contra abusos e desvios da vida universitária, exercem os estudantes função das mais úteis e merecem, por isso, participar de vários dos conselhos deliberativos.

Trabalho dos mais significativos, no tocante à direção universitária-

ria, é o que elaborou a Comissão sobre o Governo da Universidade de Toronto (14). Instituição sempre atenta à necessidade de continuamente se adaptar às exigências do meio e do tempo, logo percebeu nos distúrbios ocorridos em Berkeley, Califórnia, muito mais do que mero ativismo político-ideológico; sentiu forças positivas naquele e em outros movimentos semelhantes e concluiu que a solução do problema não consistia em esmagá-las, mas em canalizá-las para fins construtivos. Assim, embora não enfrentasse conflitos, preveceu a participação dos estudantes (seja dos formados em cursos de pós-graduação, seja dos ainda não formados) a fim de, em paridade com os representantes do corpo docente, preparar metiuloso e profundo relatório. Este, com suas numerosas recomendações, sempre devidamente justificadas, constitui um dos mais sérios e respeitáveis documentos de reforma universitária até hoje elaborados, após 146 reuniões em todas as partes da Universidade, num total de 400 horas (14).

Dificuldades

A universidade moderna, tendo conquistado aquela "novidade" a que se refere C.Kerr, de se haver tornado instrumento primordial de objetivo nacional, e sendo por isso mesmo largamente, senão totalmente, custeada pelo dinheiro público, dentro de uma idéia de investimento, passou a constituir instituição das mais difíceis, do ponto de vista da administração e da política. Enumeremos, com algumas considerações de passagem, alguns dos pontos que caracterizam tais dificuldades.

1. Patrimônio público extremamente valioso, que cresce à custa de despesas cada vez maiores. Nos países menos desenvolvidos devemos contrastar, para tomada diária de consciência, o vulto desse empreendimento com a pobreza geral da população.
2. Como preocupação natural de uma era tecnológica, em que a ciência econômica passou a ser um dos guias principais dos governos, o empenho relativamente à produtividade da organização universitária em todas as suas atividades.
3. A explosão populacional e educacional, que importa mais alunos a atender e melhor encaminhamento vocacional.

4. Necessidade, em contraposição à atitude passiva de outros tempos, de a instituição universitária procurar ativamente atrair e aproveitar valores em larga escala.
5. Necessidade de larga flexibilidade numa estrutura muito grande — a flexibilidade que, assegurando cursos básicos comuns, contribui para melhor articular os universitários, docentes e discentes, e ainda para reduzir os custos. Dado o nível intelectual que se pressupõe numa universidade, e tendo em vista os altos objetivos dessa instituição, seria de esperar que em nenhuma outra ponto da administração, direta ou indireta, fôsse maior a preocupação de cada um com esse problema do custo.
6. Necessidade de contínua atualização científica e didática, e em particular de articulação com outros níveis de ensino, terminando de vez o "esplêndido isolamento". Dentro deste tópico, realçamos a urgência do esforço de pesquisa e desenvolvimento no que se refere à própria educação, como salientamos (12) na última Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, esforço que é muito mais do que comprar recursos audiovisuais e equipamentos parecidos, inclusive televisão.
7. Necessidade de nacionalismo cada vez maior, o que não significa xenofobia (x) , que seria negação de ideais universitários básicos, porém consciência sempre presente de que a universidade não se acha perdida numa galáxia cujo nome ou número seja indiferente saber, mas pelo contrário tem raízes num país cujo progresso ela deve ajudar coerente e consistentemente. Uma universidade, pois, de onde saiam homens universais no conhecimento, porém brasileiros. Será bom lembrar aqui a advertência de H.R.W. Benjamin :

" Com o risco de repetir verdades muito sabidas, a ponto de parecerem banais, enumeremos aqui os dois princípios de construir ou melhorar eficientemente um sistema nacional de educação:

I. Todas as escolas e todos os programas de ensino superior devem servir para mudar os caminhos de um povo na direção de suas próprias necessidades, esperanças e sonhos. Ninguém mais pode sonhar isso por eles ;

II. Os processos de construção e melhoramento dos programas educacionais devem ser feitos pelo próprio povo. As universidades e escolas bolivianas devem ser planejadas, organizadas e operadas por bolivianos. Só os haitianos podem reformar e expandir a educação em Haiti. (12) "

(x) Pelo contrário, não só a universidade como o país, em geral, deve empenhar-se em atrair imigrantes capazes e úteis. O livro da sra. Laura Fermi, viúva do famoso físico, apresenta análise de quanto deve o progresso norte-americano ao estrangeiro empreendedor e capaz. (7)

8. A necessidade, nela, como em todo o processo educativo, de um espírito democrático verdadeiro, não da boca para fora, disposto a dar oportunidades efetivamente iguais a todos, sem desatender jamais às características individuais, o que naturalmente nos leva a considerar a importância do ensino em pequenos grupos. Os problemas da dinâmica de grupo tornam-se importantes na metodologia educacional, cuja modernização não reside apenas na introdução de máquinas.

9. A necessidade de manter e desenvolver em tão grande estrutura e população, o espírito de tolerância e conciliação do ortodoxo e do heterodoxo, assim como a criatividade.

O título e o conteúdo

Esses tópicos são decerto incompatíveis com algumas das atitudes que nossa educação superior tanto cultivou, tendentes a fazer da universidade a "vaca sagrada". Essas atitudes consistem na preocupação com a pompa num país ainda em grande parte de pés descalços, com os símbolos, as dignidades e os títulos num país que precisa de muita mão de obra competente e adequada às suas necessidades, que nem sempre porém correspondem ao teor daqueles símbolos e títulos planejados pela fantasia de antigas elites, ou pelo alheamento dos que não associam o problema educacional ao problema econômico (x).

Dáí falarmos em universidade prática, especialmente quando, fruto de longa e por tantos malsinada batalha, se tenta implantar a reforma universitária. Universidade prática é aquela cujos métodos e cujo aproveitamento dos espaços permitem ensinar mais a maior número de jovens, e agrupar os pesquisadores novos em torno dos mais velhos em condições de produzir para a ciência e o país, e não de apenas perseguir títulos. Uma universidade constantemente policiada, não pela polícia que aqui como em todo o mundo só tem função em certos raros momentos no recinto universitário, mas por todos os que podem, com seu espírito crítico, cobrar à sagrada liberdade acadêmica o produto de seu trabalho, seja na boa preparação dos jovens, seja na pesquisa original de alta qualidade. Uma universidade que não

(x) Não impugnamos, é claro, os títulos, mas apenas a transformação deles no objetivo da educação. Eles não devem ser procurados por si mesmos, mas pelo conteúdo de efetivo conhecimento que devem representar. O título não é para pendurar na parede, como sinal de importância, mas como compromisso de utilizá-lo bem, no interesse de todos.

desperdiço, mas faça render o investimento público na educação. Uma universidade preocupada com o Brasil. Uma universidade dignamente "pobre" para tornar mais rico o país.

Das observações feitas a respeito da mobilização da universidade para atender ao país, não se deve, porém, inferir que ela haja de transformar-se em canpo de prova dos interesses industriais e comerciais, que ditariam, de fora da universidade, o lucro que os particulares desejam obter, a fim de que ela então pla-nejasse seus programas em função dessas ambições. Isso quer dizer que a universidade, livre para pesquisar e ensinar, e cõscia dos grandes objetivos nacionais, não poderá jamais ceder o seu papel de senhora, para aceitar o de escrava de qual-quer ambição individual. Nela se desenvolverá a criatividade maior, na qual irão abeberar-se as criatividades menores, de todos os tipos. Deve essa universidade, isto sim, estar atenta ao conceito de "tecnologia social", tão oportunamente defi-nido por G. Nebbia (10).

Essas reflexões tornam-se oportunas, supomos, no momento em que se vai aplicando a reforma universitária porque se não houver a determinação de velar por ela em nome da ciência e de sua aplicação aos objetivos do progresso nacional, po-derão surgir fórmulas comodistas equivalentes à emenda, de que falamos, apressada-mente colocada na lei que criou a autarquia universitária em S.Paulo. E essas fórmulas redundariam, aos poucos, na simples mudança dos rótulos para conservação das vantagens individuais, o que seria uma burla.

.....

1. American Academy of Arts and Sciences. 1969. "The Governance of the Universities", I e II. Daedalus, outono, pp.1029-1184, Cambridge, Mass.
2. Ashby, E. - 1958. Technology and the Academies, Macmillan, Londres, pp.68
3. Benjamin, H.R.W. "Latin America: Educational Perception", in S.E.Fraser.1969. International Education: Understandings and Misunderstandings, Feabody International Center, Nashville, Ten., pp.78.
4. Bereday, G.Z.F.,1969. Essays on World Education. Oxford University Press, Nova York.
5. Caine, S. - 1969. British Universities, The Bodley Head, pp.27.
6. Crick, B. - "The Proper Limits of Student Influence", in D.Martin - 1969. Anarchy and Culture, Routledge and Kegan Paul, pp.160.
7. Fermi, I. - 1968. Illustrious Immigrants. The Univ.of Chicago Press, Chicago e Londres.
8. Kaye, B. - 1970. Participation in Learning (Progress Report), Allen and Unwin.
9. Kerr, C. - 1964. The Uses of the University, Harvard University Press, Cambridge, Mass.

10. Nebbia, G. - 1969. "Social Technology : a New Concept", Technology and Society, 5 (1) : 22.
11. Reis, J. - 1968. Educação é Investimento, Ibrasa, S.Paulo.
12. Reis, J. - 1969. "IBECC-S.Paulo como Órgão de Pesquisa e Desenvolvimento". Ciência e Cultura, S.Paulo, 21 (3) : 674-677.
13. Simpson, J.A. - 1967. "Undergraduates and the Scientific Enterprise", in W.C.Booth - The Knowledge More Worth Having, The Univ. of Chicago Press, Chicago e Londres, pp.99-108.
14. The Commission on the Government of the University of Toronto - 1969. Toward Community in University Government. Toronto University Press, Toronto, Can.
15. United Nations. - 1963. Science and Technology for Development, vol. VI, Nova York.

.....

Piracicaba, Centro Acadêmico

5.3.1970